



## TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LINDENTUR VIAGENS E TURISMO LTDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA LOCAIS PREDETERMINADOS**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744.0001.20 por intermédio da Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo, e do Fundo Municipal do Idoso, com sede na Rua João Rech, nº 500, centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal Luci Peretti, doravante denominado contratante e a empresa LINDENTUR VIAGENS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 17.203.752/0001-52 com endereço na Rua Pedro Nelcido Kafer, Sala 01, bairro Centro na cidade de Treze Tílias, no estado de Santa Catarina, neste ato representada por Alexandre Ebeling, doravante denominada contratada, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e o que consta no processo administrativo nº 023/2024, dispensa eletrônica nº 004/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o transporte para viagens predeterminadas em prol do Fundo do Idoso e da Secretaria de Educação nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UND	QTDE	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT.	VAL.TOT.
01	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X MACIEIRA</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <p><b>PARTIDA:</b> 13/04/24 EM HORÁRIO DEFNIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</p> <p><b>RETORNO:</b> 13/04/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 1.766,00	R\$ 1.766,00



02	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X PINHEIRO PRETO</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <p><b>PARTIDA:</b> 27/04/24 ÀS EM HORÁRIO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</p> <p><b>RETORNO:</b> 27/04/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
03	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X LEBON RÉGIS</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>PARTIDA:</b> 11/05/24 EM HORÁRIO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</li></ul> <p><b>RETORNO:</b> 11/05/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
04	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X ARROIO TRINTA</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>PARTIDA:</b> 25/05/24 EM HORÁRIO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</li></ul> <p><b>RETORNO:</b> 25/05/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
05	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X VIDEIRA</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <p><b>PARTIDA:</b> 22/06/24 EM HORÁRIO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</p> <p><b>RETORNO:</b> 22/06/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 1.160,00	R\$ 1.160,00
06	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X RIO DAS ANTAS</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p>	R\$ 1.533,00	R\$ 1.533,00



			<ul style="list-style-type: none"><li>• <b><u>PARTIDA:</u></b> 20/07/24 EM HORÁRIO DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO <b><u>RETORNO:</u></b> 20/07/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</li></ul>		
07	UND	01	<b><u>PERCURSO:</u></b> IOMERÊ X IBIAM <b><u>ROTEIRO:</u></b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE) <b><u>PARTIDA:</u></b> 17/08/24 EM HORÁRIO A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO <b><u>RETORNO:</u></b> 17/08/24 AO TÉRMINO DO EVENTO	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
08	UND	01	<b><u>PERCURSO:</u></b> IOMERÊ X SALTO VELOSO <b><u>ROTEIRO:</u></b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE) <b><u>PARTIDA:</u></b> 07/09/24 EM HORÁRIO A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO <b><u>RETORNO:</u></b> 07/09/24 AO TÉRMINO DO EVENTO	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
09	UND	01	<b><u>PERCURSO:</u></b> IOMERÊ X TANGARÁ <b><u>ROTEIRO:</u></b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE) <b><u>PARTIDA:</u></b> 19/10/24 EM HORÁRIO A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO <b><u>RETORNO:</u></b> 19/10/24 AO TÉRMINO DO EVENTO	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
10	UND	01	<b><u>PERCURSO:</u></b> IOMERÊ X MATOS COSTA <b><u>ROTEIRO:</u></b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE) <b><u>PARTIDA:</u></b> 09/11/24 EM HORÁRIO A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO <b><u>RETORNO:</u></b> 09/11/24 AO TÉRMINO DO EVENTO	R\$ 2.466,00	R\$ 2.466,00



11	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X CAÇADOR</p> <p><b>ROTEIRO:</b> ENCONTRO DOS IDOSOS (LOCAL ÚNICO QUE SERÁ DEFINIDO POSTERIORMENTE)</p> <p><b>PARTIDA:</b> 23/11/24 EM HORÁRIO A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO</p> <p><b>RETORNO:</b> 23/11/24 AO TÉRMINO DO EVENTO</p>	R\$ 1.866,00	R\$ 1.866,00
12	UND	01	<p><b>PERCURSO:</b> IOMERÊ X FLORIANÓPOLIS</p> <p><b>ROTEIRO</b></p> <p><b>Roteiro Florianópolis – Matutino-</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Museu das armas e forte de Santana.<ul style="list-style-type: none"><li>• Ponte Hercílio Luz</li><li>• Praça da figueira<ul style="list-style-type: none"><li>• Catedral</li></ul></li><li>• Museu Cruz e Souza</li><li>• Largo da Alfândega</li><li>• Mercado público<ul style="list-style-type: none"><li>• Camelódromo</li></ul></li><li>• Assembleia Legislativa</li></ul><p>Almoço no Shopping Beira mar.</p><p><b>Roteiro Florianópolis – Vespertino-</b></p><ul style="list-style-type: none"><li>• Beira mar Norte</li><li>• Casa da Agrônômica</li></ul><ul style="list-style-type: none"><li>• Universidade Federal de Santa Catarina<ul style="list-style-type: none"><li>• Mirante da Lagoa</li><li>• Barra da Lagoa</li></ul></li><li>• Avenida das Rendeiras</li><li>• Praia da Joaquina<ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto Tamar</li></ul></li></ul><p>GUIA TURISTICO INCLUSO PARA CADA ÔNIBUS</p><p><b>PARTIDA:</b> 13/11/2023 ÀS 22H30MIN</p><p><b>RETORNO:</b> (SAÍDA DE FLORIANÓPOLIS) 14/11/2024 NO HORÁRIO DETERMINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</p></li></ul>	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável a critério da administração.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 34,691,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/3/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**



- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.



9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

*i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n 14.133, de 2021.*

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

*37 - 04.002.13.392.1301.2044.3.3.90.00.00 MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS*

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais municipais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente,



segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento de acordo com o disposto na lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Videira-SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Iomerê – SC, 10 de abril de 2024.

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Contratante

LINDENTUR VIAGENS E TURISMO LTDA  
Contratado